



Bota no pescoço

BNDES Após o fiasco da busca da caixa-preta, o banco parte para o ataque aos funcionários e sua associação

POR CARLOS DRUMMOND

Com atuação pífia na pandemia, em comparação ao papel decisivo desempenhado na crise global de 2008, o BNDES sofre uma descapitalização acelerada e está desparelhado para protagonizar a recuperação da economia massacrada por seis anos de crescimento médio negativo do PIB. Cada vez mais distanciado do seu papel histórico de força motriz do desenvolvimento do País, o banco parece determinado a apressar o passo da própria extinção no momento em que vários estados dos EUA criam instituições de fomento e a Europa expande o Banco de Investimento Europeu, o maior do tipo no mundo.

Inocentado por auditores externos e juízes das graves acusações de manter uma caixa-preta de operações inconfessáveis, um dos temas dominantes da campanha do então candidato Jair Bolsonaro, o BNDES sobrevive, mas a administração Gustavo Montezano empenha-se em fulminar a última linha de defesa do banco, a sua equipe de funcionários altamente qualificada e mundialmente

respeitada. As armas letais da direção são a ameaça às garantias indispensáveis aos servidores que enfrentam empresários poderosos inconformados com o rigor técnico na concessão dos financiamentos e o assédio à associação que existe há 58 anos e conta com apoio de 86% dos empregados.

“Os direitos do nosso acordo são resultado de décadas de negociação. O seu componente mais crítico é uma cláusula de demissão que garante que elas só podem ocorrer depois de processo administrativo com direito a ampla defesa e ao contraditório. Esta cláusula

é muito importante porque garante a autonomia técnica dos empregados do BNDES”, afirma o economista Arthur Koblitz, presidente da associação dos funcionários. “Quem trabalha no banco é sujeito a muitas pressões do poder econômico e político. Um técnico do banco pode decidir não assinar uma decisão e realmente criar problemas. Isso nunca impediu o envolvimento do BNDES em estratégias governamentais, ao contrário, foi papel fundamental para manter a aprovação de projetos bem formulados e garantir a integridade do corpo funcional.” Os empregados sabem o quanto essa cláusula é crucial para o funcionamen-

to do banco e não vão aceitar que ela seja suprimida do acordo, sublinha o economista, à frente das negociações em andamento entre o corpo funcional e a cúpula da instituição.

Os ataques internos aos funcionários e à sua associação são uma novidade e sucedem a escalada de acusações externas desfechadas desde o começo do governo Michel Temer e que atingiram grau máximo na condução coercitiva pela Polícia Federal, em 2017,



Montezano aperta o torniquete, mas Rabello de Castro considerou a operação de financiamento da JBS um dos negócios mais bem-sucedidos da instituição



Su

de 37 funcionários do banco em operação que apurava presumidas irregularidades em concessão de empréstimo à JBS. Os funcionários e os ex-presidentes Luciano Coutinho e Guido Mantega foram inoventados mais tarde. Paulo Rabello de Castro, presidente do banco entre 2016 e 2017, considerou o apoio ao frigorífico “um dos negócios mais bem bolados e bem-sucedidos” do BNDESPar, o braço de participações da instituição, que detém 21,3% das ações da companhia.

O banco definha a olhos vistos, consequência do plano de extermínio das instituições comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Os desembolsos despencaram de 190,4 bilhões de reais, em 2014, para 55,3 bilhões no ano passado. A atrofia aumenta o sangramento da

economia. A contribuição ínfima da instituição para o combate às consequências da Covid-19 é um exemplo. “Na pandemia, dos 40 bilhões de reais anunciados para financiar a folha de pagamentos, só 4 bilhões foram desembolsados. Cerca de 30 bilhões consistiram em suspensões de pagamentos e só 15 bilhões se concretizaram em operações com as empresas. No fim das contas, cerca de 13 bilhões foram aplicados, de 160 bilhões

Apenas 13 bilhões de reais foram aplicados na pandemia, dos 160 bilhões disponíveis

Protesto de funcionários diante do BNDES, após a condução coercitiva de 37 colegas em 2017

disponíveis”, contabiliza Koblitz, baseada em dados oficiais do banco.

A redução proposital é ainda mais chocante quando se leva em conta que até poucos anos o BNDES era um dos maiores do mundo, ao lado dos bancos do Japão, da China e da Alemanha, segundo o International Development Finance Club, entidade que congrega 23 instituições do gênero com ativos combinados de 2,8 trilhões de dólares. No topo da elite, o chinês CDB e o BNDES apresentaram as melhores performances, com retorno sobre o patrimônio acima de 15% e créditos de liquidação duvidosa de 0,01% e de

0,48%, respectivamente. “Os bancos de desenvolvimento tornaram-se uma força importante de financiamento na economia global”, sublinha o IDFC.

Em nenhum outro país, a extinção de um banco de desenvolvimento causaria tanto estrago quanto no Brasil, alertou o prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, em artigo recente. O economista considera o ataque ao BNDES “perturbador e surpreendente”. Esse tipo de instituição, sublinha, “ajuda a sociedade a resolver grandes questões sociais usualmente desconsideradas pelo setor privado, como a desigualdade e o aquecimento global”. E servem como intermediário crucial entre o investidor de longo prazo e as necessidades do país, de uma forma que os mercados financeiros privados, tipicamente concentrados no curto prazo, não fazem.

O ataque ao BNDES ocorre há décadas e é “particularmente forte”, ressaltava Koblitz, entre aqueles mais dogmaticamente liberais e ligados ao mercado financeiro. O lado ideológico, diz, os leva a inverter o problema. A realidade histórica é que o banco foi criado porque o

Stiglitz: o ataque ao BNDES é “perturbador e surpreendente”

mercado espontaneamente não se mostrou capaz de assumir as funções que ele desempenha, mas dizem que a existência do BNDES o impede de dar conta das funções. “A conexão com o setor financeiro faz essa gente vislumbrar a oportunidade de bons negócios com o esvaziamento do BNDES. É o caso da venda da carteira da BNDESPar. A estratégia de liquidar a carteira gera lucro e, com isso, dificulta um processo mais imediato de destruição e desmobilização no BNDES, mas a combinação de venda de ações, devoluções para Brasília e corte de repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador coloca o Banco em risco existencial”, analisa o economista.

Outro exemplo, acrescenta, é o das debêntures incentivadas. O governo Temer

acabou com o subsídio na taxa de juros do BNDES e mantém os subsídios para quem adquire papéis ligados a projetos de infraestrutura. “Esse mecanismo nem de longe é capaz de dar conta do papel que o BNDES pode cumprir no financiamento de infraestrutura, mas o pessoal do mercado financeiro ganhou dinheiro com o crescimento desse mercado e o encolhimento da instituição. É um caso típico de ganhos privados à custa do bem-estar social.” Procurada, a direção do banco não se pronunciou.

Em resposta, o BNDES informou que divergências técnicas apresentadas por funcionários não apenas são aceitas, como também consideradas produtivas para a instituição e fazem parte da sua cultura histórica. Afirmou garantir às entidades dos funcionários todas as prerrogativas sempre usufruídas para exercer a função de representação. A BNDESPar está à venda por ter cumprido seu papel e porque isso reduz o risco de mercado do banco. A receita poderá ser utilizada como crédito. Na pandemia, disse ter concedido 83,1 bilhões de reais em financiamentos e *matchfunding* com impacto em 225 mil empresas. O canal de crédito é considerado fundamental, mas a instituição pretende atuar também como agente do mercado e banco de serviços. O foco, complementou o BNDES, não é mais o tamanho da carteira de crédito, mas verificar se aumentou a preservação do meio ambiente, o espaço para o empreendedor, o saneamento, a educação e a segurança. Há 80 mandatos em carteira e 200 bilhões de reais em projetos. O banco quer potencializar a capacidade de investimento e a sua métrica é quanto está sendo investido no País. Buscará atuar em temas ambientais, sociais e de governança corporativa, fundos de participação, inovação financeira e intensificará a ação com PMEs. A transferência do PIS-Pasep para a Caixa visou dar liquidez ao FGTS para pagamento do saque emergencial. ●



Em leilão no mês passado, a BNDESPar vendeu mais 2,56% de participação na Vale